



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

212

HABEAS CORPUS Nº: 206166-1
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 001.2009.123743-3
COMARCA : Recife -- 1ª Vara do Tribunal do Júri
IMPETRANTE : Eliane Gomes da Silva
PACIENTE : Alcimar Fagner José Xavier
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO EMBASADA EM ELEMENTO CONCRETO, CONSUBSTANCIADO NA GRAVIDADE ESPECÍFICA DO CRIME, TENDO EM VISTA A EXCESSIVA BRUTALIDADE COM QUE A VÍTIMA FOI ASSASSINADA. PERICULOSIDADE DOS AGENTES. CONFIGURAÇÃO. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO LIBERTÁRIO. INCABIMENTO. ÔBICE LEGAL. INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART.310, DO CPP. PRECEDENTE DO STJ. ORDEM DENEGADA.

I – A periculosidade do agente, evidenciada pelo *modus operandi*, consubstanciado na gravidade específica do crime, configura circunstância que autoriza o acautelamento preventivo do paciente, constituindo-se em óbice à concessão da liberdade provisória, ex vi do disposto no parágrafo único, do art.310, do CPP. Precedentes do STJ.

II – A simples alegação de que o paciente goza dos pressupostos da primariedade, dos bons antecedentes, do domicílio certo e da profissão definida, por si só, não ilidem a necessidade da manutenção da custódia cautelar, quando restar devidamente demonstrada a presença dos elementos autorizadores, a que alude o art.312, do C.P.P. Precedentes do STJ.

III - Ordem denegada. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



213

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0206166-1 figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 10 de fevereiro de 2010


Desª. Alderita Ramos de Oliveira
Presidente / Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

214

HABEAS CORPUS Nº: 206166-1
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 001.2009.123743-3
COMARCA : Recife - 1ª Vara do Tribunal do Júri
IMPETRANTE : Eliane Gomes da Silva
PACIENTE : Alcimar Fagner José Xavier
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

A belª. Eliane Gomes da Silva impetrou ordem de Habeas Corpus liberatório, com pretensão liminar, em favor de **ALCIMAR FAGNER JOSÉ XAVIER**, qualificado na atrial (fls.02), alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face do **excesso de prazo** verificado no âmbito do processo-crime nº 001.29.123743-3 a que responde juntamente com **Manoel Generino da Silva**, perante o Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, por infração ao art. 121, §2º, incisos I e II¹, do Código Penal Brasileiro.

Consta da inicial que o acusado se encontra preso preventivamente desde o dia 03/09/2009, muito embora faça jus à **liberdade provisória**, por ser primário e de bons antecedentes, além de possuir residência fixa e profissão definida.

À inicial foram acostados os documentos de fls.11/25.

Às fls31/32 22, indeferi o provimento liminar vindicado, solicitando informações à autoridade coatora, que as prestou às fls.35/36.

¹ Art. 121 - Matar alguém: (...)

Homicídio qualificado

§ 2º - Se o homicídio é cometido: (...)

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



215

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofereceu parecer às fls.39/41, opinando pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife- PE, 10 de fevereiro de 2010


Desª. Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



HABEAS CORPUS Nº: 206166-1
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 001.2009.123743-3
COMARCA : Recife - 1ª Vara do Tribunal do Júri
IMPETRANTE : Eliane Gomes da Silva
PACIENTE : Alcimar Fagner José Xavier
PROCURADOR : Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA : Desª Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Trata-se de *habeas corpus* onde a impetrante persegue a soltura do paciente, arguindo a ilegalidade da prisão do acusado em face da ultrapassagem dos prazos legais para a conclusão da instrução criminal.

Além disso, a impetração se funda, também, na alegação de que o paciente reúne as condições necessárias à concessão da liberdade provisória.

Destaco das informações prestadas pelo MM. Juiz processante, Dr. Ernesto Bezerra Cavalcanti, mediante ofício datado de 21/01/2010, o seguinte excerto (fls.35/36):

"(...) O paciente Alcimar Fagner José Xavier ("Masinho"), foi denunciado, juntamente com outro indivíduo, como incurso nas penas do art. 121, §2º, II e IV, c/c art. 29 do Código Penal e com o art. 1º, I, da Lei nº 8.072/90, por haver, no dia 21 de setembro de 2008, nesta cidade, matado José Soares da Silva, conhecido popularmente como 'Ze do Bolo'. A denúncia (fls.02/05) narra que os acusados, em comunhão de desígnios e mediante golpes desferidos com emprego de instrumentos contundentes e corto-contundentes, mataram a vítima, lesionando-a violentamente na região da cabeça, após surpreende-la, enquanto realizava a entrega de bolos. Quando do oferecimento da denúncia, o Ministério Público requereu o decreto preventivo contra os acusados, arguindo a ousadia e brutalidade com que o crime fora cometido (fls.06/07). A denúncia foi recebida em 24/07/2009, ocasião em que foi decretada a prisão preventiva dos acusados (fls.121). O paciente apresentou defesa preliminar (fls.165), e pedido de concessão de liberdade provisória (fls.166/170),

3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

217

*alegando ser primário, ter residência fixa e emprego. Com vistas ao Ministério Público, este órgão opinou no sentido do indeferimento do pedido (fls.187/189). Na ocasião, ofereceu aditamento à denúncia (fls.185/186), para incluir a qualificadora referente à crueldade e redefinir a capitulação jurídica das condutas praticadas, denunciando os agentes como incursos nas penas do art.121, §2º, incisos II, III e IV, c/c art.29, ambos do CPB, c/c art.1º da Lei nº 8.072/90. A defesa do paciente se pronunciou quanto ao aditamento, alegando a desproporção da denúncia em face da culpabilidade do acusado (fls.199/200), ocasião em que ratificou o pedido de fls.166/170. Instado mais uma vez a se manifestar, o Ministério Público opinou pelo indeferimento dos pedidos de revogação da prisão preventiva decretada contra os acusados (fls.219/220). **Decisão pelo recebimento do aditamento e indeferimento dos pedidos de liberdade provisória, às fls.221. O processo encontra-se aguardando a resposta do acusado Manoel Generino da Silva (...).** (NEGRITEI)*

Muito ao revés do que foi alardeado na impetração, não constato a configuração de constrangimento ilegal por excesso prazal.

Cumpre assinalar, por pertinente, que os prazos para a formação da culpa não são peremptórios, podendo ser dilatados, desde que não extrapolados os limites da razoabilidade, o que, a meu ver, é o caso dos autos.

Note-se que se trata de processos com 02 (dois) acusados, cuja defesa não cabe aos mesmos advogados.

Convém salientar ainda que, de acordo com a nova sistemática processual implementada pela Lei nº 11.719/2008, o Juízo processante deve aguardar a apresentação da defesa prévia para se manifestar na forma prevista no art.397², do CPP, ocasião em que ratificará o recebimento da denúncia ou declarará extinta a

² Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:

- I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
- II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;
- III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou,
- IV - extinta a punibilidade do agente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

218

punibilidade para, só a partir dali, determinar a realização de todos os atos instrutórios necessários à formação da culpa.

Conforme salientado no informativo judicial de fls.35/36, o Julgador da instância primária está aguardando a apresentação da defesa prévia por parte do co-denunciado, para que possa se manifestar nos termos previstos no precitado art.397, em razão de que, ao menos até o presente momento, não se há imputar culpa ao aparelho estatal por eventual demora na conclusão do processo.

De outra parte, observo que o paciente se encontra recolhido ao cárcere em decorrência da decretação de sua prisão preventiva em 24/07/2009, a qual somente se efetivou no dia 03/09/2009.

Cuido que, ao decretar a prisão do paciente e do outro acusado (fls.51), a togada monocrática, embora de forma sucinta, fundou-se em elemento concreto, consubstanciado na gravidade específica do crime, tendo em vista a excessiva brutalidade com que a vítima foi assassinada, circunstância que, no meu sentir, revela-se suficiente para caracterizar a periculosidade dos agentes, justificando o seu acautelamento preventivo, com vistas a salvaguardar a ordem pública.

Aliás, a construção jurisprudencial não discrepa do entendimento ora esposado, senão, vejamos:

"A real periculosidade do réu evidenciada no modus operandi (atentar contra a vida de sua esposa com extrema brutalidade, na frente de seus filhos menores, tendo inclusive tentado atingir o seu filho mais velho), aliado ao fato de o agente estar em local incerto e não sabido, é motivação idônea, capaz de justificar a manutenção da constrição cautelar, por demonstrar a necessidade de se resguardar a ordem pública, de se assegurar o regular andamento da instrução criminal e de garantir a eventual aplicação da lei penal. Precedentes do STJ (...) Recurso desprovido, em conformidade com a manifestação ministerial." (RHC 22.048/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 28/08/2008, DJ de 20/10/2008)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
219

Vê-se, pois, que o decreto constrição apresenta fundamentação idônea, não merecendo, por tal motivo, qualquer censura, circunstância que, por si só, constitui óbice à concessão da liberdade provisória, *ex vi* do disposto no parágrafo único³, do art.310, do CPP.

Com efeito, a simples alegação de que o paciente goza dos pressupostos da primariedade, dos bons antecedentes, do endereço certo e da profissão definida, não possui, por si só, o condão de ilidir a necessidade de se decretar a constrição cautelar, quando restar devidamente demonstrada, *in concreto*, a presença das hipóteses autorizadoras, insitas no art.312, do C.P.P., com é o caso dos autos.

Nesse sentido, socorre-nos julgado, do teor seguinte:

"Condições pessoais favoráveis do agente não inviabilizam a prisão preventiva, se a manutenção da custódia encontra respaldo em outros elementos dos autos. Recurso parcialmente conhecido e desprovido." (RHC 20.092/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 26.09.2006, DJ 23.10.2006 p. 328)

Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 10 de fevereiro de 2010

Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora

Art. 310. Quando o juiz verificar pelo auto de prisão em flagrante que o agente praticou o fato, nas condições do art. 19, I, II e III, do Código Penal, poderá, depois de ouvir o Ministério Público, conceder ao réu liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de revogação.

Parágrafo único. Igual procedimento será adotado quando o juiz verificar, pelo auto de prisão em flagrante, a inocorrência de qualquer das hipóteses que autorizam a prisão preventiva (arts. 311 e 312). (Incluído pela Lei nº 6.416, de 24.5.1977)